

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PORTOS DO PARANÁ
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
BREVE HISTÓRICO DO PORTO DE PARANAGUÁ E ANTONINA

A história do Porto de Paranaguá, também conhecido como Porto Dom Pedro II, remonta a meados de 1872, no antigo atracadouro de Paranaguá, com administração privada concedida pelo Governo Federal, com direito de construir e explorar o porto. Em 1917, o Governo do Estado do Paraná assumiu a administração e passou a realizar obras de ampliação e melhoria da infraestrutura portuária, incluindo canais de acesso, cais acostáveis, armazéns e depósitos, garantindo a continuidade da movimentação da produção regional. A inauguração oficial do porto ocorreu em 17 de março de 1935, com a atracação do navio “Almirante Saldanha”, da Marinha do Brasil. Em 11 de julho de 1947 foi criada a autarquia Administração do Porto de Paranaguá e, em 1971, ocorreu a fusão com a Administração do Porto de Antonina, resultando na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PORTOS DO PARANÁ), responsável pelos portos organizados de Paranaguá (Porto Dom Pedro II) e Antonina (Porto Barão de Teffé).

Ao longo das décadas, o Porto de Paranaguá atravessou fases de estabelecimento, expansão e especialização, destacando-se, a partir da década de 1950, como grande polo de granéis sólidos, inicialmente com o café e, posteriormente, com a soja e o farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação nos anos 1970. No contexto histórico do Estado do Paraná, o porto sempre desempenhou papel central na integração logística, na formação dos primeiros povoados e na consolidação do litoral como porta de entrada e saída da produção regional.

Atualmente, as áreas dos portos organizados de Paranaguá e Antonina encontram-se delimitadas por decretos federais, em conformidade com a Constituição Federal, a legislação específica do setor portuário e seu regulamento, assegurando segurança jurídica e previsibilidade às operações e aos investimentos. Em 2013, a então APPA foi transformada em empresa pública, por meio da Lei nº 17.895/2013 e do Decreto Estadual nº 11.562/2014, adequando sua estrutura funcional e estatutária à Lei nº 12.815/2013.

Em virtude da Portaria nº 574/2018, do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Portos do Paraná conquistou autonomia na gestão dos contratos de arrendamento de suas áreas, posicionando-se como referência nacional em governança portuária. O convênio de delegação de competências foi formalizado em agosto de 2019, reforçando a capacidade da empresa em estruturar leilões, e de gerir e fiscalizar os arrendamentos portuários, com os investimentos privados de forma eficiente e segurança jurídica, a partir dos contratos operacionais firmados.

ESTRUTURA DA GESTÃO, IDENTIDADE INSTITUCIONAL E FINALIDADE

Vinculados à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, os Portos do Paraná são administrados por um Diretor-Presidente e Diretores responsáveis pelas áreas Comercial, Engenharia e Manutenção, Jurídica, Administrativa e Financeira, Meio Ambiente e Operações. A estrutura de governança é complementada pelo Conselho de Administração (CONSAD), Conselho Fiscal (CONFISC), Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Indicação e Avaliação (CIA) e pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE), garantindo instâncias de decisão, controle e supervisão alinhadas às melhores práticas.

A Portos do Paraná é responsável pela administração dos portos organizados de Paranaguá e Antonina, exercendo as funções de autoridade portuária na fiscalização, controle e normatização das atividades, na gestão da infraestrutura marítima e terrestre, na segurança da navegação, na gestão de arrendamentos e na indução do desenvolvimento portuário regional. No contexto socioeconômico paranaense, os portos exercem influência direta sobre a competitividade dos produtos agroindustriais e industriais, reduzindo custos logísticos, ampliando mercados e gerando emprego e renda no litoral.

Enquanto autoridade portuária, a Portos do Paraná tem como finalidade principal assegurar a eficiência operacional, a sustentabilidade e a segurança das operações, atuando na manutenção de acessos rodoviários e ferroviários, na gestão de tarifas de uso da infraestrutura, na administração das áreas arrendadas e na promoção de novos empreendimentos. A companhia também se destaca por seu papel na atração de investimentos, na facilitação de novos negócios e na coordenação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado (PDZ), tanto de Paranaguá quanto de Antonina.

APRESENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação de uma agenda de expansão operacional, fortalecimento da infraestrutura logística, avanço de projetos estruturantes, ampliação da receita e do resultado, bem como pelo reconhecimento institucional da Portos do Paraná em temas de gestão, sustentabilidade, proteção social e governança. A companhia manteve elevada disciplina na alocação de investimentos, aprofundou a integração com o setor privado por meio de novos leilões de áreas e reforçou sua atuação socioambiental junto às comunidades do litoral.

O ano registrou novo recorde histórico de movimentação de cargas, com crescimento expressivo nas exportações, principalmente de soja, farelo e milho, e evolução do uso dos modais rodoviário e ferroviário que atendem os portos de Paranaguá e Antonina. No campo econômico-financeiro, as receitas, margens e o resultado líquido apresentaram significativa expansão, refletindo o aumento do volume movimentado, ganhos de produtividade, controle de custos e a entrada de receitas associadas às outorgas de arrendamentos e à estruturação de financiamentos.

Desempenho operacional em 2025

Em 2025, a movimentação total de cargas atingiu 73.506.480 toneladas, frente a 66.769.001 toneladas em 2024, representando crescimento de 10,1% e consolidando a Portos do Paraná como um dos principais complexos multicargas do país. As exportações somaram 46.067.270 toneladas, com aumento de 15,1% em relação ao ano anterior, enquanto as importações alcançaram 27.439.210 toneladas, crescimento de 2,6%.

Por tipo de carga, destacaram-se: granéis sólidos, com 44.820.554 toneladas (+13%); carga geral, com 19.322.966 toneladas (+7%); e granéis líquidos, com 9.362.961 toneladas (+2%). Entre os principais produtos, sobressairam-se a soja, com 14.685.022 toneladas (+11%); farelo de soja, com 6.542.599 toneladas (+5%); milho, com 5.094.470 toneladas (+375%); fertilizantes, com 11.609.133 toneladas (+4%); além da movimentação de contêineres, que alcançou 1.662.370 TEUs (+7%).

A movimentação de veículos totalizou 106.725 unidades, com recuo de 5% em relação a 2024, em função de ajustes na logística automotiva. O número de atracações atingiu 2.792 navios físicos (+2,5%), e 2.892 considerando atracações físicas e virtuais (+1,3%), refletindo uso mais intensivo e racional da infraestrutura aquaviária.

O Pátio de Triagem registrou 507.915 caminhões (+29%), demonstrando o aumento do fluxo rodoviário e a importância deste equipamento para a organização, segurança e fluidez das operações terrestres. Na ferrovia, foram movimentados 286.363 vagões (+3%), totalizando 13.074.986 toneladas transportadas (+6%), reforçando a vocação dos portos paranaenses para o uso do modal ferroviário em granéis sólidos vegetais.

O Porto de Antonina movimentou 1.338.274 toneladas em 2025, com redução de 33% em relação a 2024, refletindo ajustes de mercado e sazonalidades específicas de fertilizantes e açúcar. Ainda assim, o terminal manteve sua relevância como alternativa logística importante no litoral paranaense, com potencial de retomada a partir de novos investimentos e arrendamentos.

Investimentos, infraestrutura e projetos estruturantes

Em 2025, a Portos do Paraná deu sequência à execução de um robusto programa de investimentos, voltado à modernização da infraestrutura e ao aumento de capacidade. O projeto do Moegão – sistema centralizador de descarga ferroviária de granéis sólidos vegetais – atingiu 80,29% de execução física, com investimento estimado em R\$ 650 milhões e conclusão prevista para o início de 2026.

Ao longo do ano, foram realizados os leilões das áreas PAR 14, PAR 15 e PAR 25, que resultaram em R\$ 855 milhões em outorgas e previsão de R\$ 2,2 bilhões em investimentos privados, bem como na regularização de 100% das áreas brownfield do complexo. Em 22 de outubro de 2025, foi promovido o leilão do Canal de Acesso, com outorga de R\$ 276 milhões e deságio médio de 12,63%, contemplando a ampliação do calado operacional.

Além dos projetos estruturantes, a companhia avançou em diversas obras de infraestrutura: Pier em T, Terminal de Cruzeiros, Terminal de Passageiros, Subestação da Faixa Portuária, Pipe Rack e nova plataforma PPGL (2ª fase), bem como na modernização da iluminação e da pavimentação de vias internas e de acesso. Esses investimentos visam não apenas ampliar a capacidade e a segurança operacional, mas também qualificar a experiência de passageiros, tripulantes e usuários dos portos.

Os projetos contam com financiamento estruturado junto ao BNDES, incluindo a disponibilização de R\$ 397 milhões para o Moegão e outras intervenções prioritárias, reforçando a capacidade da empresa em combinar capital próprio, receitas de outorga e crédito de longo prazo.

Sustentabilidade e responsabilidade social

Em 2025, a Portos do Paraná manteve a sustentabilidade como eixo transversal de sua estratégia, com investimentos socioambientais de aproximadamente R\$ 30 milhões. Esses recursos foram direcionados a programas e projetos voltados à proteção ambiental, educação, cultura, inclusão social e desenvolvimento das comunidades do litoral paranaense.

Entre os programas de destaque estiveram Porto Escola, Festival Coaliza, Uniformes do Bem, Paranaguá Mais Cores e o Aquário de Paranaguá, iniciativas que reforçam o compromisso da empresa com educação ambiental, valorização cultural e promoção do turismo sustentável. A companhia manteve robusto monitoramento ambiental, abrangendo fauna aquática, avifauna, cetáceos, quelônios, espécies invasoras, consumo de água, qualidade de sedimentos e emissões atmosféricas, integrando dados a uma gestão ambiental preventiva.

Em 2025, a Portos do Paraná recebeu o Selo Prata de Sustentabilidade e o Selo Impulso Verde, reconhecimentos que refletem a evolução das práticas ambientais e de governança climática. A atuação em proteção à infância também obteve destaque em âmbito nacional, consolidando políticas e ações voltadas à prevenção de violações de direitos e à promoção de ambientes seguros nas áreas de influência portuária.

A empresa conquistou três prêmios internacionais AAPA Lighthouse Awards, evidenciando a qualidade de seus projetos em meio ambiente, responsabilidade social e inovação. No âmbito interno, foram fortalecidos programas de bem-estar e saúde do colaborador, incluindo plano de saúde e odontológico, Café com Saúde, campanhas Janeiro Branco, Páscoa para Todos, Tampinhas do Bem, Corrida do Porto, Outubro Rosa, Novembro Azul e Natal Solidário.

Governança, integridade e reconhecimento institucional

Em 2025, a Portos do Paraná manteve uma estrutura de governança consolidada, com atuação integrada do CONSAD, CONFISC, Comitês de Auditoria Estatutária (CAE) e de Indicação e Avaliação (CIA), além da Diretoria Executiva. A companhia aprofundou políticas de integridade, prevenção de conflitos de interesse, gestão de riscos e compliance, reforçando controles internos, mapeamento de processos e rotinas de monitoramento contínuo.

A Ouvidoria recebeu 294 manifestações ao longo do ano, das quais cerca de 70% corresponderam a solicitações, complementadas por reclamações, denúncias, elogios e sugestões, por meio de canais presenciais, telefone, e-mail e site institucional. O tratamento tempestivo das demandas contribuiu para o aprimoramento de processos, a transparência e o fortalecimento do relacionamento com usuários, colaboradores e a sociedade.

Em 2025, a Portos do Paraná tornou-se hexacampeã do Prêmio Portos + Brasil, permanecendo na liderança do Ranking IGAP e reafirmando sua posição de referência em gestão portuária no país. A empresa também avançou na integração de seus sistemas, consolidando a adoção do ERP SAP, incluindo módulos de operações, reforçando a automação, a rastreabilidade das informações e o nível de governança.

Gestão de pessoas

Até dezembro de 2025, a Portos do Paraná contava com 381 colaboradores permanentes, 76 temporários e 49 estagiários, totalizando 506 profissionais. Do total, 84 são mulheres e 373 homens, com estrutura etária marcada por 54,8% dos colaboradores acima de 51 anos, o que evidencia a necessidade de ações contínuas de gestão do conhecimento e renovação de quadros no médio prazo.

A empresa oferece pacote abrangente de benefícios, que inclui alimentação, transporte, auxílio-creche, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida, entre outros. Em 2025, foram intensificados programas de treinamento e desenvolvimento, com foco em liderança, sustentabilidade, descarbonização, contratos administrativos, governança, segurança do trabalho, saúde ocupacional e aperfeiçoamento técnico-operacional. Foram mantidas ações de gestão de clima organizacional, programas internos de qualidade de vida, bem como processos estruturados de recrutamento, seleção, contratações e desligamentos, alinhados às diretrizes do Governo do Estado e às melhores práticas do setor público empresarial.

Aspectos econômicos e financeiros

Em 2025, a Portos do Paraná apresentou desempenho econômico-financeiro expressivo, em linha com a expansão operacional e com a entrada de novas fontes de receita. A receita operacional bruta atingiu R\$ 721,5 milhões, crescimento de 16% em relação a 2024, enquanto a receita operacional líquida somou R\$ 680,9 milhões, também com aumento de 16%.

Os custos tarifários totalizaram R\$ 351,3 milhões, com redução de 1% frente ao ano anterior, evidenciando ganhos de eficiência e gestão de contratos. O lucro bruto atingiu R\$ 329,6 milhões, expansão de 43%, impulsionado pelo aumento de volumes, pela recomposição de tarifas e pela disciplina de custos.

As despesas operacionais somaram R\$ 112,9 milhões, com queda de 26%, contribuindo para que o lucro operacional alcançasse R\$ 216,8 milhões, aumento de 177% em relação a 2024. O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 91,6 milhões (+67%), reflexo, entre outros fatores, da gestão de caixa, do rendimento de aplicações financeiras e dos fluxos relacionados às outorgas e financiamentos.

O resultado antes do IR/CSLL somou R\$ 308,4 milhões (+132%), enquanto o resultado líquido do exercício atingiu R\$ 280,8 milhões, crescimento de 131% na comparação anual. O EBITDA foi de R\$ 262,0 milhões, com margem de 38%, e o EBITDA ajustado alcançou R\$ 273,4 milhões, com margem de 40%.

Em 2025, a Portos do Paraná recebeu a primeira parcela das outorgas referentes aos leilões das áreas PAR 14, PAR 15 e PAR 25, ao mesmo tempo em que houve a disponibilização de aproximadamente R\$ 397 milhões em financiamento junto ao BNDES. Esses recursos fortalecem a posição de caixa e asseguram a execução de projetos estratégicos, com impacto positivo na capacidade futura e na competitividade do complexo portuário.

Principais fatos e realizações de 2025

Entre os principais fatos e realizações do exercício de 2025, destacam-se:

- Recorde histórico de movimentação, com 73,5 milhões de toneladas movimentadas;
- Crescimento das exportações para 46,1 milhões de toneladas, com destaque para soja, farelo de soja e milho;
- Avanço de 80,29% na execução do Moegão;
- Realização dos leilões das áreas PAR 14, PAR 15 e PAR 25, com R\$ 855 milhões em outorgas e R\$ 2,2 bilhões em investimentos previstos, além da regularização integral das áreas brownfield;
- Leilão do Canal de Acesso, com outorga de R\$ 276 milhões e previsão de ampliação do calado operacional para no mínimo em 15 metros após o 2º ano da concessão;
- Investimentos socioambientais da ordem de R\$ 30 milhões, com expansão de programas sociais e ambientais;
- Conquista do Selo Prata de Sustentabilidade e do Selo Impulso Verde;
- Recebimento de três prêmios internacionais AAPA Lighthouse Awards;
- Reconhecimento nacional pelas ações de proteção à infância;
- Movimentação de 507.915 caminhões no Pátio de Triagem;
- Aprovação do Novo Planos de Cargos e Salários pelo Governo Estadual;
- Hexacampeonato no Prêmio Portos + Brasil e liderança no Ranking IGAP.

PERSPECTIVAS PARA 2026

Para 2026, a Portos do Paraná projeta a superação da marca de 73,5 milhões de toneladas movimentadas, apoiada na maturação de investimentos, na entrada de novas áreas arrendadas e na continuidade do crescimento da demanda por exportações agroindustriais. Está prevista a licitação da área PAR 05, vocacionada a granéis sólidos vegetais, ampliando a capacidade de escoamento e a diversificação de operadores.

A companhia também planeja a licitação do Sistema Moegão, contemplando operação e manutenção, garantindo a plena utilização do novo ativo e a otimização da logística ferroviária no Corredor Leste. Entre os projetos de infraestrutura, destacam-se o projeto executivo e a construção do Terminal de Receptivo de Passageiros, bem como o projeto executivo e a construção da Subestação da Faixa Portuária para ampliação da capacidade de oferta de energia e sustentação do crescimento da estrutura.

Estão previstas ainda intervenções na 2ª fase do Pipe Rack, dolphins e nova plataforma do Pier Público de Graneis Líquidos - PPGL, modernização da iluminação na faixa portuária, pavimentação rígida das principais vias de acesso, ampliação da integração do SAP, com plena implantação do SAP Operações e outras melhorias e ainda a implantação do Novo Plano de Cargos e Salários aprovado em 2025. Essas iniciativas devem elevar o patamar de eficiência, segurança, transparência e qualidade dos serviços prestados.

ENCERRAMENTO

Os resultados alcançados em 2025 demonstram a solidez da estratégia da Portos do Paraná, baseada na conjugação entre expansão operacional, disciplina de investimentos, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional. A trajetória recente reforça a capacidade da companhia de planejar e executar projetos estruturantes, manter elevados padrões de governança e gerar valor público para o Estado do Paraná e para o país.

Paranaguá, 19 de março de 2026

Diretoria Executiva
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

sição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R\$/1000), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o Real (R\$).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são objeto de revisão sistemática anual, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, e continuamente monitoradas em consonância com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de forma a refletir eventuais alterações relevantes nas premissas ou condições."

Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- Valor justo de instrumentos financeiros; e
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 20 de fevereiro de 2026.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

Durante o exercício, foi publicada a Resolução nº 127, de 8 de abril de 2025, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que dispõe sobre as modalidades de contratação e utilização de áreas portuárias nos portos organizados. A norma estabelece, entre outros aspectos:

Novas modalidades contratuais, incluindo contratos de transição e contratos de uso de espelho d'água;

Regimes de uso público eventual e uso público continuado;

Obrigatoriedade de divulgação das áreas e instalações portuárias disponíveis e ocupadas.

A Portos do Paraná tem implementado medidas para se adequar a estas novas regras. Contudo, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos significativos que impactem as políticas ou os saldos das demonstrações financeiras.

A Portos do Paraná continuará monitorando a implementação da Resolução nº 127/2025 e divulgará eventuais impactos relevantes nas próximas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	134.384	68.365
Bancos conta vinculada (i)	1.133	1.022
Aplicações financeiras (ii)	919.822	510.465
Bloqueios judiciais (iii)	(74.384)	(65.005)
	980.955	514.847

(i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	2025	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	19	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	443	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	284	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	20	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	41	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	116	001	0259-3	71.254-X
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	26	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	164	001	0259-3	90.877-0
N/I Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária		4	001	0259-3	71.253-1
		1.133			

(ii) As aplicações financeiras aqui indicadas estão distribuídas em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 22.670 (R\$ 19.065 em 31 de dezembro de 2024). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2025	2024
A vencer	21.382	17.434
Vencidos até 30 dias	1.193	1.583
Vencidos de 30 a 180 dias	27	44
Vencidos a mais de 180 dias (i)	68	4
	22.670	19.065

	2025	2024
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.709	21.708
Provisão para perda	(21.709)	(21.708)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1º Grau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.098	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20.582	17.232
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	21.861	18.512
Circulante	19.919	9.912
Não circulante	1.942	8.600

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.916 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.371.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	1.512	15
Férias	1.105	1.431
Total	2.617	1.446

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2025	2024
Trabalhistas (i)	45.182	3.898
Tributos (ii)	277.990	277.990
Cíveis	140.331	106.330
Outros (iii)	74.384	65.005

Total **537.887** **453.223**

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em setembro do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R\$ 74.384 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 65.005 para 31 de dezembro de 2024 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2025	2024
Trabalhistas	3.804	3.324
Cíveis	70.580	61.681
	74.384	65.005

10. Outros créditos

	2025	2024
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR (i)	277	117
Convênio 28/2024 APPA/FUNPAR - Eufrasina	487	-
Convênio OS 014/2025 - Fortaleza (Ilha do Mel)	947	-
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (ii)	7.827	31.309
Seguro comp. operador portuário	2.347	-
	13.202	32.743

	2025	2024
Circulante	10.174	31.309
Não circulante	3.028	1.434

(i) O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

(ii) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu pela transmissão dos bens públicos, após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área do Contrato de Arrendamento nº025/93. Foi estabelecido o acordo por meio do Instrumento de Confissão de Dívida assinado em 9 de junho do corrente ano, onde se estabeleceu que a devedora faria o pagamento do montante de 31.309.113,51 atualizados na data do acordo para 32.085.300,74 em 12 parcelas mensais, atualizadas pelo índice inflacionário IGP-M da FGV, sendo a primeira parcela quitada em até sete dias na data da assinatura do Instrumento.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

	2024	Aquisições	Depreciação	2025
Bens em operação				
Outros - infraestrutura marítima	57.693	765	(217)	58.242
Outros - infraestrutura acostagem	166.602	14.573	(12.764)	168.412
Outros - infraestrutura terrestre	12.928	2.393	(1.682)	13.639
Outros - armazenagem	11.117	-	(2.075)	9.041
Outros equipamentos	117.476	39	(22.606)	94.910
Bens da administração				
Terrenos	98.381	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	11.821	-	(846)	10.976
Instalações	8.235	-	(2.516)	5.718
Equipamentos e informática e tecnologia	3.790	617	(1.626)	2.781
Móveis e utensílios	1.563	106	(358)	1.311
Imobilizado em andamento (i)	113.309	415.159	-	528.466
Total do imobilizado	602.915	433.652	(44.690)	991.877

(i) Imobilizado em andamento - Sistema de descarga de granéis pelo modal ferroviário – Moegão

A Companhia encontra-se em fase de execução da obra denominada Moegão, infraestrutura destinada à recepção, descarga e expedição de granéis sólidos, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional do porto, reduzir gargalos logísticos e aumentar a eficiência do escoamento da produção.

O valor total estimado do empreendimento é de R\$ 626.096 mil, sendo que até 31 de dezembro de 2025 já foram realizados investimentos no montante de R\$ 527.419 mil, contabilizados no ativo imobilizado em andamento.

Os principais benefícios esperados com a entrada em operação do Moegão incluem:

Aumento da capacidade de descarga simultânea de vagões; Redução do tempo médio de espera e operação na ferrovia e no porto; Maior eficiência logística, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais; Contribuição para a sustentabilidade das operações, com menor emissão de poluentes decorrente da otimização logística.

A Administração acompanha a evolução da obra e reafirma que os valores já incorridos e os investimentos futuros estão devidamente registrados nas demonstrações financeiras como imobilizado em andamento, a serem reclassificados para imobilizado operacional quando concluída e disponível para uso.

b) Intangível

	2024	Amortização	2025
Intangível	1.988	(498)	1.490
Total do intangível	1.988	(498)	1.490

12. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Ordenados a pagar	2.889	2.709
Provisão para Férias	11.147	11.073
Consignações folha	233	274
Pensões a pagar	87	86
Provisões trabalhistas (i)	-	2.298
Total	14.356	16.440

(i) Os valores relativos aos benefícios pós-emprego devidos ao pessoal que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) implantado em 2022. Esses colaboradores foram desligados durante os exercícios de 2023 e 2024, e os benefícios pactuados no âmbito do PDV atendem à definição de benefícios pós-emprego conforme previsto no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Os valores reconhecidos referem-se às obrigações assumidas com esses ex-empregados, incluindo pagamentos parcelados acordados no momento da rescisão contratual.

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2025	2024
Encargos da Folha	4.756	4.607
Contribuição Previdenciária - INSS	1.528	1.503
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	647	640
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.581	2.464
Contribuições sobre o Faturamento	254.391	253.645
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	209.382	208.769
Programa de Integração Social - PIS	45.009	44.876
Impostos e Contribuições sobre Resultados	20.191	10.115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20.191	10.115
Encargos Retidos de Fornecedores	3.015	4.408
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.277	1.489

Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	239	271
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	460	500
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.039	2.148
	282.353	272.775

Circulante	30.261	20.683
Não circulante	252.092	252.092

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2025 o valor desta conta é de R\$ 13.579 e de R\$ 14.615 em 31 de dezembro de 2024.

15. Empréstimos e financiamentos

O financiamento junto ao BNDES teve início em fevereiro de 2024 e se estenderá até fevereiro de 2047, totalizando 276 meses de prazo. O contrato prevê carência de 30 meses, com as amortizações iniciando em setembro de 2026.

O custo do empréstimo foi fixado em 7,06% ao ano, já incluindo a TLP (Taxa de Longo Prazo) e o spread bancário, com correção pelo IPCA. Os juros e correções monetárias são pagos mensalmente desde a data das captações. Como garantia, foram apresentadas duas fianças bancárias, sendo cada uma no valor de R\$ 247,77 milhões, adquiridas junto ao Banco Daycoval e Banco BTG Pactual.

As liberações dos recursos são realizadas conforme o andamento da execução física e financeira da obra do Moegão. Nesse contexto, em janeiro de 2025 foi efetivada a primeira liberação no montante de R\$ 110 milhões e, em julho de 2025, a segunda liberação de R\$ 137,77 milhões e a terceira em dezembro de 2025 no valor de 150,00 milhões totalizando R\$ 397,78 milhões captados até o momento. Ver N.E.26

	Taxa	2025	2024
BNDES	IPCA + 7,0622% a.a.	397.775	-
		397.775	-

A movimentação dos empréstimos no período está abaixo demonstrada:

	2025
Saldo inicial	-
Captação de empréstimos	397.775
(-) Pagamento do principal	-
(-) Pagamento de juros	(10.775)
Apropriação de juros	10.775
Saldo final	397.775

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos está abaixo demonstrado:

Ano	2025	Ano	2025
2026	6.461	2037	19.404
2027	19.404	2038	19.404
2028	19.404	2039	19.404
2029	19.404	2040	19.404
2030	19.404	2041	19.404
2031	19.404	2042	19.404
2032	19.404	2043	19.404
2033	9.404	2044	19.404
2034	19.404	2045	19.404
2035	19.404	2046	19.404
2036	19.404	2047	3.234
			397.775

16. Dívida Líquida

A Dívida Líquida representa o montante dos empréstimos e financiamentos obtidos pela APPA, deduzido dos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, evidenciando a real posição de endividamento ou disponibilidade financeira da entidade em determinada data.

a) Critério de apuração

O indicador de dívida líquida é calculado conforme a fórmula; Dívida Líquida = Dívida Bruta – disponibilidades.

• Dívida Bruta compreende os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo;

• Disponibilidades incluem caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Esse indicador reflete a capacidade de a entidade liquidar suas obrigações financeiras com os recursos disponíveis e constitui medida relevante para a avaliação da estrutura de capital e da liquidez.

b) Composição da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025

Descrição	2025
Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo)	397.775
Caixa e equivalentes de caixa	(980.955)
Dívida Líquida	(583.180)

c) Análise

Em 31 de dezembro de 2025, a APPA apresentava dívida líquida negativa de R\$ 583.180 mil, indicando posição de caixa líquida positiva. Esse resultado decorre, principalmente, do recebimento das outorgas fixas de arrendamento portuário ocorridas no exercício de 2025, que elevaram significativamente o saldo de disponibilidades, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 – Receita Diferida.

Dessa forma, a entidade encerra o período com capacidade de solvência plena e baixo grau de endividamento financeiro, mantendo sólida posição de liquidez para honrar compromissos de curto e longo prazo e financiar investimentos futuros no porto.

17. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:

• **Risco Possível:**

Valor: 388

Quantidade de Processos: 5

• **Risco Provável:**

Valor Provisionado: 60.854

Quantidade de Processos: 175

• **Precatórios Expedidos:**

Valor Provisionado: 33.455

Quantidade de Processos: 33

Esfera Cível:

• **Risco Possível:**

Valor Estimado: 766.335

Quantidade de Processos: 2003

• **Risco Provável:**

Valor Provisionado: R\$ 110.027

Quantidade de Processos: 15

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 204,337 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	2025	2024
Trabalhistas	60.854	54.566
Cíveis	110.027	110.837
Precatórios (i)	33.456	29.437
Total	204.337	194.840

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

18. Receita diferida

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA celebrou, a partir de 2025, contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias com empresas privadas, mediante pagamento de outorgas fixas referentes ao direito de exploração de terminais.

Essas outorgas representam contraprestações financeiras pela cessão onerosa de uso das áreas portuárias, e são regidas pelos contratos firmados conforme os editais e autorizações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Ministério de Portos e Aeroportos.

a) Reconhecimento de receita

Em conformidade com o CPC 47 / ICPC 01 (R1), os valores recebidos a título de outorga são inicialmente reconhecidos no passivo como Receita Diferida, sendo apropriados ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, que se estende até o exercício de 2060.

A apropriação é realizada de acordo com o princípio da competência, à medida que ocorre a prestação do serviço e o direito de uso é usufruído pelos arrendatários, o que até o momento da emissão destas Demonstrações Contábeis não ocorreu.

b) Valores contratados e recebidos

O valor total contratado de outorgas fixas é de R\$ 855.000.000, com recebimentos previstos até o exercício de 2030.

Em 2025, foram recebidos R\$ 213.349.000, conforme demonstrado a seguir:

Arrendatário	Outorga total	2025
Cargill	411.000	102.750
BTG Sertrading	225.000	55.981
Consórcio ALDC	219.000	54.619
	855.000	213.349
Circulante		6.107
Não circulante		207.242

c) Cronograma de recebimento das outorgas

O cronograma de recebimento das parcelas futuras está apresentado a seguir:

Ano	Valor
2026	128.250
2027	128.250
2028	128.250
2029	128.250
2030	641.250

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi um lucro de 280.758 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou um lucro contábil de 121.546 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

Gerencialmente além das Demonstrações Contábeis, o EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 261.959 milhões e o EBITDA ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 273.374 milhões.

	2025	2024
EBITDA	261.959	125.468
EBITDA Ajustado	273.374	162.060
Margem EBITDA	38%	21%
Margem EBITDA Ajustado	40%	28%

c) Reserva de lucros

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 342.449 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrado um lucro de R\$ 40.550.

d) Ajustes de exercícios anteriores

1. Contexto e natureza do tema

No decorrer da revisão do 3º trimestre de 2025, os auditores identificaram distorções no tratamento contábil relacionado a depósitos judiciais:

Em 2024, foi registrada indevidamente a baixa de depósitos judiciais diretamente contra o Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 32 milhões.

Em 2025, a reversão do saldo foi registrada de forma incorreta contra o resultado, reconhecendo-se indevidamente como receita o montante de R\$ 40 milhões, classificado na conta 101101 – Receitas Não Operacionais.

Conforme a NBC TG 23 (CPC 23) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção de erro material de períodos anteriores deve ser contabilizada retroativamente, por meio de "Ajustes de Exercícios Anteriores" no Patrimônio Líquido, com reapresentação comparativa das demonstrações financeiras do período afetado, quando aplicável.

2. Providências adotadas pela Administração em dezembro de 2025

Com base na conciliação realizada a partir de extratos e evidências que suportam a origem das variações em depósitos judiciais, a Administração efetuou, em dezembro de 2025, as reclassificações solicitadas pelos auditores, com o objetivo de eliminar o reconhecimento indevido de receita em resultado (conta 101101), e realocar a parcela aplicável a erro de período anterior para o Patrimônio Líquido, em "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Data de lançamento	Lançamento contábil	Texto	Valor
30/06/2025	100016862	Ajustes de lanço recon. depósitos judiciais 2024	16.431
31/08/2025	100017200	Revisão tributária LACS 01/2024	(1.161)
31/12/2025	100018634	Ajustes de lanço recon. depósitos judiciais 2024	5.872
TOTAL			21.142

20. Receita operacional

	2025	2024
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	259.986	231.529
Infraestrutura de Acostagem	23.570	19.169
Infraestrutura Operacional Terrestre	128.454	104.306
Receitas de Armazenagem	2.716	2.082
Receitas por Utilização de Equipamentos	44.447	35.749
Diversos Padronizados	7.553	6.560
Contratos de Arrendamento	242.839	212.610
Receitas Complementares	11.963	11.875
	721.528	623.880
(-) Deduções da receita	(40.610)	(35.665)
Receita operacional líquida	680.918	588.215

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado

no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio. Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

21. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos, da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2025	2024
Custos da Infraestrutura Marítima	(136.703)	(127.900)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(560)	(23.322)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(9.730)	(21.335)
Custos Diversos Padronizados	(2.171)	(1.494)
Custos Indiretos	(202.123)	(182.470)
Total	(351.287)	(356.521)

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2025	2024
Despesas com Pessoal Administrativas	(61.142)	(79.184)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(14.924)	(4.775)
Despesas Gerais	(27.031)	(16.588)
Depreciação	(44.689)	(46.690)
Amortização	(498)	(199)
Total	(148.284)	(147.437)

23. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Outras receitas		
Receitas Não Operacionais	49.217	31.326
	49.217	31.326
Outras despesas		
Despesas Tributárias	(3.091)	(3.106)
Custas Judiciais	(189)	(26)
Ações Trabalhistas	(12.553)	(9.982)
Ações Cíveis	(3.468)	(22.943)
Ajustes de Depósitos	8.428	-
Ajustes de Estoques	(122)	(183)
Alimentação (Direx, Conselhos e Eventos)	(421)	(297)
Outras	(2.376)	(465)
	(13.792)	(37.002)
Total de outras receitas e despesas	35.425	(5.676)

24. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	3.657	5.160
Rendimento de aplicação financeira	102.830	57.375
Variações monetárias ativas	36	2.821
	106.523	65.356
Despesa financeira		
Juros pagos	(11.227)	(657)
Outras despesas financeiras	(3.661)	(9.828)
	(14.888)	(10.485)
Resultado financeiro	91.635	54.871

25. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	2025
Caixa e equivalente de caixa	980.955
Contas a receber	22.670
	1.003.626

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político, que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

26. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

A Companhia é controlada pelo Estado do Paraná e considera como partes relacionadas, além do controlador e do pessoal-chave da administração, as entidades sob controle comum, quando aplicável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve transações com a CELEPAR – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, classificadas como partes relacionadas em razão de controle comum pelo Estado do Paraná, referentes à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

As operações foram formalizadas contratualmente e realizadas no curso normal das operações, observadas as instâncias de aprovação e a política interna aplicável. Os valores reconhecidos no resultado e os saldos na data-base estão apresentados nas tabelas desta nota, conforme critérios de materialidade adotados pela Administração.

Entidades controlada pelo Estado do Paraná Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	2025	2024
	-	-
	-	-
Remuneração dos conselhos (em reais)	2025	2024
CONSAD - Conselho de Administração	50.315,68	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	12.578,94	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	9.434,19	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	18.868,38	17.959,62
	91.197,19	86.804,84
Quantidade de membros	2025	2024
CONSAD -Conselho de Administração	9	8
CONFISC - Conselho Fiscal (i)	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	21	20

(i) O conselho fiscal possui 1 suplente a cada 3 membros titulares

27. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens próprios e bens da União sob guarda da Companhia. A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevisível. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 10 de outubro de 2025 até 10 de outubro de 2026.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2025	2024
Riscos operacionais	45.000	45.000
Responsabilidade civil	15.000	15.000

28. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, na data da assinatura eletrônica.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Aos

Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Investimentos no projeto Moegão e financiamento associado
Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 11 e nº 15, Imobilizado e Empréstimos e Financiamentos, que descrevem os investimentos realizados pela Companhia na construção da infraestrutura denominada Moegão, destinada à recepção, descarga e expedição de granéis sólidos pelo modal ferroviário. Conforme descrito nas referidas notas, o valor total estimado do empreendimento é de aproximadamente R\$ 626.096 mil, sendo que, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia já havia incorrido em investimentos de R\$ 527.419 mil, registrados no ativo imobilizado em andamento. Para realizar parte desse projeto, a Companhia contratou financiamento junto ao BNDES, teve início em fevereiro de 2024 e se estenderá até fevereiro de 2047, com prazo total de 276 meses, tendo realizado captações que totalizam R\$ 397.775 mil até 31 de dezembro de 2025. As liberações dos recursos estão vinculadas ao avanço físico e financeiro da obra, e os valores registrados no imobilizado em andamento serão reclassificados para o ativo imobilizado operacional quando o projeto estiver concluído e disponível para uso. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Reconhecimento de outorgas como receita diferida

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 - Receita diferida, que descreve os contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias celebrados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA com empresas privadas, mediante pagamento de outorgas fixas pelo direito de exploração de terminais portuários. Conforme divulgado na referida nota explicativa, o valor total contratado dessas outorgas fixas é de R\$ 855.000 mil, com recebimentos previstos até o exercício de 2030, tendo sido recebidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 213.349 mil, tais valores são inicialmente reconhecidos no passivo como receita diferida e apropriados ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, que se estende até o exercício de 2060. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade

de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 19 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO GUARDA RODRIGUES
Contadora 1 CRC RS 065932/O-7
Sócia

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da APPA e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovou, por unanimidade, as referidas proposições.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 24 de março de 2026.

MARCIO FERNANDO NUNES
Presidente

LUIZ AUGUSTO SILVA
Vice-Presidente

LUIZ NICÁCIO
Membro Titular

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 27 de março de 2026.

ALEX SANDRO DE ÁVILA
Presidente do Conselho de Administração

THYAGO ANTONIO PIGATTO CAUS
Membro Titular

JOÃO PAULO DE CASTRO
Membro Titular

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Membro Titular

GIOVANI DA SILVA FERREIRA
Membro Titular

CARLOS ROMEU RAMOS
Membro Titular

CARLOS EIDAM DE ASSIS
Membro Titular

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
Membro Titular

CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN
Membro Titular

Balanco Appa pdf

Código do documento b5170004-46f2-49e6-992a-5e10dd99c4ab



Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

16 Apr 2026, 18:01:18

Documento b5170004-46f2-49e6-992a-5e10dd99c4ab **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-16T18:01:18-03:00

16 Apr 2026, 18:02:28

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-16T18:02:28-03:00

16 Apr 2026, 18:03:09

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126

Assinou Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 177.220.180.177

(177.180.220.177.dynamic.liggatelecom.com.br porta: 42346). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC
SAFEWEB RFB v5,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM:

2026-04-16T18:03:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7cbdf42aa7f529a46e19fead3ebae6bcb9419b2e7ebd4aff22cac5ab75468cee

(SHA512):9282afb8509b780e6b35b3135ffee04f63617032611ace2b203dce38cb06661ff621445f7ef3fd4611f0c08a8197d6988a9dc7bf7860139509c09e40fde1b324

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.